


**Demonstrações Contábeis**  
**Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.**

**Carta de Apresentação**

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da Companhia é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Contábeis livres de distorções.

 Documento assinado digitalmente  
**FERNANDO SOARES GURGEL**  
Data: 30/03/2026 14:32:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**FERNANDO SOARES GURGEL**  
Diretor Geral e de Contabilidade

**FELIPE FERREIRA DE ANDRADE BRAZ**  
Contador CRC 1SP331427/O-3

**SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025**

**SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2025**

## **Conteúdo**

**Relatório da Administração**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**



**Demonstrações Contábeis**  
**Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.**

**Relatório da Administração**

A Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A. tem o prazer de divulgar as suas demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou receitas de intermediação financeira de R\$ 50.734 mil, frente a R\$ 24.834 mil no mesmo período de 2024, o que representa um crescimento de 104,29%. Esse desempenho reflete a maior demanda pelos serviços da Companhia e a ampliação da base de clientes. Cada contrato firmado contempla a cobrança por serviços de análise de crédito, evidenciando a expansão e a eficiência das operações no período.

A administração da Companhia agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.**  
Fortaleza - CE

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Somapay Sociedade de Crédito Direto S.A.** em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Informações comparativas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2 e 3.2 às demonstrações contábeis, que descrevem que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações contábeis referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de março de 2026.

# SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Balanço patrimonial

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
	Nota explicativa	31/12/2025		Nota explicativa	31/12/2025
Disponibilidades	5	3.756	Passivos financeiros ao custo amotizado		75.132
Ativos financeiros ao custo amotizado	7	12.853	Depósitos	13	71.034
Operações de crédito	7	16.950	Passivo de arrendamento	11	4.071
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(4.097)	Riscos processuais		27
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		74.490	Obrigações fiscais correntes	14	1.942
Depósitos compulsórios e outros em bancos	8	74.490	Outros passivos		15.250
Ativos fiscais correntes e diferidos	9	833	Partes relacionadas	10	13
Outros ativos		4.492	Outros passivos	14	15.237
Adiantamentos		783			92.324
Partes relacionadas	10	2.822	Patrimônio líquido	15	
Outros ativos		887	Capital social		6.000
Direito de uso	11	3.975	Reservas de lucros		4.408
Imobilizado de uso	12	2.574			10.408
Depreciação	12	(241)	Total do passivo e patrimônio líquido		102.732
		102.732			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Demonstração do resultado

Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		<b>28.603</b>	<b>50.734</b>
Operações de crédito	7	6.057	10.618
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros		19.947	36.542
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	2.599	3.574
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		<b>(1.598)</b>	<b>(1.771)</b>
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(1.598)	(1.771)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>		<b>27.005</b>	<b>48.963</b>
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<b>(20.181)</b>	<b>(41.031)</b>
Receitas de prestação de serviços	17	19.559	31.686
Despesas administrativas	17	(26.097)	(49.061)
Despesas de pessoal	17	(8.290)	(14.755)
Despesas tributárias	17	(5.408)	(9.208)
Outras receitas operacionais		55	307
<b>Resultado operacional</b>		<b>6.824</b>	<b>7.932</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(2.532)	(2.670)
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>		<b>4.292</b>	<b>5.262</b>
<b>Resultado por ação (expresso em R\$ por ação)</b>			
Básico/diluído	15	0,82	1,00

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Semestre e exercício findo em 30 de junho de 2025 (Em milhares de Reais)

---

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	4.292	5.262
Outros resultados abrangentes	72	(57)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>4.364</b>	<b>5.205</b>

---

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital Social	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.000	-	-	(797)	4.203
Adoção inicial BCB 352		-	-	-	(129)	(129)
Em 1º de janeiro de 2025		5.000	-	-	(926)	4.074
Aumento de capital	15a	1.000	-	-	-	1.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	5.262	5.262
Adoção inicial BCB 352 - Impacto Lei C Nº 224		-	-	-	72	72
Reserva de Lucros		-	263	4.145	(4.408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.000	263	4.145	-	10.408
Saldos em 30 de junho de 2025		6.000	-	-	44	6.044
Adoção inicial BCB 352 - Impacto Lei C Nº 224		-	-	-	72	72
Lucro líquido do semestre		-	-	-	4.292	4.292
Reserva de Lucros		-	263	4.145	(4.408)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.000	263	4.145	-	10.408

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais)

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do semestre/exercício	4.292	5.262
<b>Ajuste por</b>		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.598	1.771
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	361
Depreciação	102	174
Provisões de juros sobre arrendamentos	168	257
Amortização direito de uso	128	189
Riscos Processuais	27	27
	<b>6.315</b>	<b>8.041</b>
<b>Variações patrimoniais</b>		
Operações de crédito	(7.610)	(11.952)
Ativos fiscais correntes e diferidos	2.162	1.607
Depósitos compulsórios e outros em Bancos	(36.044)	(51.790)
Outros ativos	(597)	143
Adiantamentos	(690)	(610)
Partes relacionadas	(2.644)	(2.809)
Depósitos	37.615	46.641
Obrigações fiscais correntes	2.849	3.413
Outros passivos	3.119	8.690
	<b>4.475</b>	<b>1.374</b>
<b>Caixa aplicado nas operações</b>	<b>4.475</b>	<b>1.374</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.805)	(1.805)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(1.805)</b>	<b>(1.805)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento:</b>		
Aquisições de imobilizado	(437)	(1.212)
Resgate em títulos e valores mobiliários	-	3.581
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(437)</b>	<b>2.369</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	-	1.000
Passivo de arrendamento - amortizações	(233)	(350)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(233)</b>	<b>650</b>
<b>Aumento líquido de disponibilidades</b>	<b>2.000</b>	<b>2.588</b>
Disponibilidades no começo do período	1.756	1.168
Disponibilidades no fim do período	3.756	3.756
<b>Aumento líquido de disponibilidades</b>	<b>2.000</b>	<b>2.588</b>
<b>Transações que não impactam o caixa:</b>		
Impacto de registro inicial e de novos contratos do direito de uso e do passivo de arrendamento	3.013	4.164
Impacto de reconhecimento inicial da provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(72)	57

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. Contexto operacional

A Somapay Sociedade De Crédito Direto S.A. (“Companhia”), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, no Brasil. A Companhia tem como objetivo social: a) a realização de operações de empréstimos, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios com utilização de recursos financeiros de origem própria; e b) prestação de serviços de análise e cobrança de crédito para terceiros.

No exercício de 2024 e 2025, a Companhia passou a concentrar as operações de conta de pagamento que anteriormente eram conduzidas pela Somapay Instituição de Pagamento S.A. (“Somapay IP”), sociedade com CNPJ distinto, mas pertencente aos mesmos controladores. A migração integral das operações da conta de pagamento ocorreu em 31 de março de 2024.

Com essa migração, os principais saldos relacionados à gestão de contas de pagamento, como os depósitos de clientes em dinheiro eletrônico, passaram a ser registrados pela Companhia, impactando diretamente as demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de depósitos em dinheiro eletrônico totalizou R\$ 71.034 mil (R\$ 24.393 mil em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado na Nota Explicativa nº 13.

Adicionalmente, a receita gerada pela operação dessas contas passou a ser reconhecida na Companhia a partir de abril de 2024, estando incluída na rubrica “Contas correntes” dentro das receitas de prestação de serviços, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.

#### 2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com as observâncias às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando aplicável.

Comparabilidade - Conforme previsto no art. 79º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Instituição fica dispensada da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A Apresentação destas demonstrações contábeis está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação das demonstrações contábeis, que estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.910/21 e da Resolução BCB nº 2/20.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para riscos processuais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram por ela aprovadas em 27 março de 2026.

### 3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão apresentadas a seguir.

#### 3.1. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/2021, regulamentada pela Resolução BCB nº 352/2023, que revogaram a Circular nº 3.068/2001 e estabeleceram novos critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, alinhados às práticas internacionais (IFRS 9).

Nos termos dessas normas, os ativos financeiros, incluindo títulos e valores mobiliários, passam a ser classificados e mensurados com base em:

- (i) O modelo de negócios definido pela instituição para sua gestão;

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- (ii) As características dos fluxos de caixa contratuais de cada instrumento.

De acordo com esse critério, os títulos podem ser registrados nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** quando o objetivo do modelo de negócios é receber os fluxos de caixa contratuais, desde que estes representem exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os rendimentos são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando o modelo de negócios contempla tanto a geração de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos. Os rendimentos são apropriados ao resultado, enquanto as variações no valor justo são registradas em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários, sendo reclassificadas para o resultado quando da baixa ou reclassificação do ativo;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando não se enquadram nos critérios para custo amortizado ou VJORA, ou ainda quando a designação nessa categoria é feita para eliminar ou reduzir inconsistências contábeis. Tanto os rendimentos quanto as variações no valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do semestre/exercício.

**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

Os ativos financeiros, incluindo contas a receber de clientes, e os passivos financeiros são reconhecidos na data em que a Instituição se torna parte das disposições contratuais do instrumento financeiro.

**Mensuração inicial**

- Ativos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo. Para instrumentos não mensurados ao VJR, são acrescidos os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição;
- Contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo são inicialmente mensuradas ao preço da transação.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Instituição mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, A Instituição pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, A Instituição pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

**Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

A Instituição realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Instituição;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Instituição.

**Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Instituição considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, A Instituição considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo;

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

- Os termos que limitam o acesso da Instituição a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas**

<b>Ativos financeiros a VJR</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
<b>Ativos financeiros a custo amortizado</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
<b>Instrumentos de dívida a VJORA</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

**Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado ou ao VJR:

- Passivos financeiros ao VJR são designados como tal no reconhecimento inicial ou mantidos para negociação;
- Outros passivos financeiros são mensurados pelo método de juros efetivos, com alterações reconhecidas no resultado.

**(i) Desreconhecimento**

**Ativos financeiros**

A Instituição desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais expiram;
- Substancialmente todos os riscos e benefícios são transferidos;
- O controle do ativo não é retido em uma transação onde não ocorre transferência completa dos riscos e benefícios.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Passivos financeiros

A Instituição desreconhece um passivo financeiro quando extintos, cancelados ou renegociados com alterações substanciais nos termos.

#### (ii) Compensação

Ativos e passivos financeiros são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial apenas quando:

- Há um direito legalmente executável de compensar os valores.
- Existe intenção de liquidá-los em base líquida ou simultaneamente.

### Valor justo e categoria dos títulos e valores mobiliários

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos a seguir:

- **Nível 1:** a avaliação é baseada em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** a avaliação é baseada em dados observáveis baseados no mercado, exceto preços de Nível 1, como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados que não estão ativos ou outros dados observáveis ou que podem ser corroborados pelo mercado observável dados para substancialmente o prazo integral dos ativos ou passivos;
- **Nível 3:** a avaliação é gerada a partir de técnicas que utilizam premissas significativas, não observáveis no mercado. As técnicas de avaliação incluem modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado ou técnicas semelhantes.

O grau de julgamento da administração envolvido na determinação do valor justo de um instrumento financeiro depende da disponibilidade de preços cotados em mercados ativos ou de parâmetros observáveis no mercado. Quando preços cotados e dados observáveis em mercados ativos não estão totalmente disponíveis, é necessário julgamento da administração para estimar o valor justo.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Mudanças nas condições de mercado, como liquidez reduzida no mercado de capitais ou mudanças nas atividades do mercado secundário, podem reduzir a disponibilidade e a confiabilidade dos preços cotados ou dos dados observáveis usados para determinar o valor justo.

Pode ser necessário julgamento para estabelecer se determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo são classificados como Nível 2 ou Nível 3. A Companhia considera todas as informações disponíveis que os participantes do mercado usam para medir o valor justo do instrumento financeiro, incluindo dados observáveis de mercado, indicações de liquidez e ordem do mercado e seu entendimento das técnicas de avaliação e dos principais insumos utilizados. Com base nos fatos e circunstâncias específicos de cada instrumento ou categoria de instrumento, são feitos julgamentos em relação à significância das entradas do Nível 3 para a mensuração do valor justo dos instrumentos em sua totalidade.

O processo para determinar o valor justo utilizando dados não observáveis é geralmente mais subjetivo e envolve um alto grau de julgamento e premissas da administração.

A Companhia possui controles para garantir que as mensurações do valor justo sejam apropriadas e confiáveis, incluindo revisão e aprovação de novos tipos de transação, verificação de preço e revisão de julgamentos, métodos, modelos, controles de processo e resultados de avaliação.

**Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A Companhia, classificada como instituição financeira no regime simplificado (S5), contabiliza suas operações de crédito em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, regulamentada pela Resolução BCB nº 352/2023, vigente a partir de 1º de janeiro de 2025, que revogou integralmente a Resolução nº 2.682/1999.

No exercício, toda a carteira de crédito da Companhia encontra-se classificada na categoria C5, sendo a provisão calculada conforme os critérios do regime simplificado.

A provisão para perdas esperadas é determinada utilizando:

- Anexo 2 da Resolução BCB nº 352/2023, que estabelece os parâmetros para cálculo das perdas esperadas;
- Anexo 1 da mesma resolução, utilizado para cálculo complementar das perdas incorridas, conforme disposto no Art. 78, quando aplicável.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 90 dias, independentemente do estágio ou risco de crédito, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

Operações de crédito com mais de 90 dias de atraso são consideradas ativos problemáticos e tratadas como perda incorrida.

A Companhia realiza a cessão de operações de crédito sem retenção de riscos, resultando na baixa dos ativos financeiros objeto da operação. O resultado da cessão, se houver, é reconhecido integralmente no resultado no momento da realização.

A Administração considera a provisão para perdas esperadas suficiente para cobrir os riscos potenciais de inadimplência da carteira de operações de crédito, em conformidade com os requisitos da Resolução CMN nº 4.966/2021 e regulamentação da BCB nº 352/2023.

Durante os trabalhos preparatórios para a adoção das Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352, foi registrado aumento de provisão no montante de R\$ 614, decorrente da aplicação da metodologia simplificada.

Considerando o reconhecimento do ativo fiscal diferido calculado sobre as perdas incorridas, inicialmente no valor de R\$ 485, o impacto líquido no Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 129.

Entretanto, em razão da edição da Lei Complementar nº 224, de 26 de dezembro de 2025, o valor do ativo fiscal diferido passou a ser R\$ 557, refletindo um impacto líquido no Patrimônio Líquido de R\$ 57 em 31 de dezembro de 2025.

A Lei nº 14.467/2022, que disciplina os impactos tributários decorrentes da aplicação da Resolução CMN nº 4.966, tem como objetivo alinhar a tributação das instituições financeiras às novas normas contábeis. Entre os principais aspectos abordados, destacam-se:

- A definição de critérios para reconhecimento de receitas e despesas financeiras para fins fiscais;
- A regulamentação dos efeitos da provisão para perdas de crédito na base de cálculo do IRPJ e da CSLL;
- As regras aplicáveis à tributação das variações de valor justo em instrumentos financeiros, especialmente aqueles registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

A seguir, apresentam-se os cálculos e impactos apurados em 1º de janeiro de 2025, considerando as disposições da Lei nº 14.467/2022:

Conforme o art. 6º da referida lei, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025, referentes a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas ou recuperadas até essa data, somente poderão ser excluídas do lucro líquido à razão de 1/84 avos por mês, a partir de janeiro de 2026.

O ativo fiscal diferido calculado sobre o total de perdas incorridas alcançou R\$ 485, esse montante poderá ser aproveitado fiscalmente a partir de 2026, mediante dedução mensal na proporção de 1/84, de modo que a realização do crédito tributário ocorrerá gradualmente ao longo de sete anos (2026 a 2032).

A adoção das novas práticas contábeis ocorreu de forma prospectiva, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023. Os impactos nos saldos iniciais decorrentes da adoção das novas normas foram registrados no patrimônio líquido, na conta de lucros acumulados.

### **3.3. Outros depósitos**

Correspondem aos saldos de depósitos em contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos usuários de nossa plataforma digital, nos quais podem ser depositados e retirados por meio das operações de movimentações de TED e PIX.

### **3.4. Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

### **3.5. Imobilizado de uso**

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

<u>Grupo de outras imobilizações de uso</u>	<u>% a.a.</u> <u>31/12/2025</u>
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias em imóvel de terceiros	4%
Equipamento de comunicação e de segurança	20%

#### 3.4. Direito de uso e arrendamento

A Companhia aplicou o CPC 06(R2) pela primeira vez em 1º de janeiro de 2025, utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas.

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

Esta política é aplicada aos contratos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2025.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

O CPC 06 (R2) foi aplicável a partir de 1º janeiro de 2025, de acordo com a Resolução CMN nº 4.975/21, e os impactos decorrentes da adoção estão apresentados a seguir:

	<u>Direito de uso</u>
Adoção inicial	1.151
	<u>Passivo de arrendamento</u>
Valor nominal a pagar	2.203
Despesa financeira não realizada	(1.051)
<b>Valor presente a pagar</b>	<b><u>1.151</u></b>

#### (i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

#### **Arrendamentos de ativos de baixo valor**

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

A Companhia não obteve concessões para redução de pagamentos de arrendamentos nos contratos vigentes no exercício.

**3.5. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**3.6. Capital social**

O investimento efetuado na Companhia pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

**3.7. Resultado por ação**

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do semestre/exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo semestre/exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do semestre/exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo semestre/exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

**3.8. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

### **3.9. Tributos**

#### **Tributos sobre as receitas**

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS e ISS. Durante o semestre/exercício de 2024, aplicavam-se as alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

A partir de 1º de janeiro de 2025, em decorrência das SC COSIT nº 79/2024 e SC COSIT nº 3004/2024, o regime de tributação do PIS e da COFINS foi alterado de cumulativo para não cumulativo, permitindo o aproveitamento de créditos sobre despesas essenciais. Com a mudança, as alíquotas passam a ser de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS. O ISS permanece com a alíquota de 5%, quando devido.

#### **Tributos sobre o lucro**

O imposto de renda do semestre/exercícios corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda.

A contribuição social sobre o lucro líquido, que em 2024 era calculada à alíquota de 15%, passou a ser calculada à alíquota de 9% a partir de 1º de janeiro de 2025, em conformidade com as SC COSIT nº 79/2024 e SC COSIT nº 3004/2024.

Para o Imposto de Renda e Contribuição Social, considera-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes, reconhecidos no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### 3.10. Riscos processuais

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, na linha de gerais e administrativas, pelo seu valor histórico de principal, e no resultado financeiro a atualização do valor histórico de principal até a data do balanço.

A Companhia é parte em processos cíveis. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência / obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### 3.11. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre/exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao semestre/exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**3.12. Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros**

**IFRS S1 - Requerimentos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima** - O Banco Central do Brasil passará exigir, à partir do exercício de 2026, por meio da Resolução CMN nº 4.818 que as instituições elaborem e divulguem, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation)*. A Companhia está avaliando os impactos da nova norma

**Novo IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras** - Em abril de 2024 o IASB emitiu a IFRS 18 com o objetivo de melhorar as apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas em um âmbito global, substituindo a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. Em especial, a norma aprimora a comparabilidade da demonstração do resultado, visto que atualmente não há, nas normas internacionais de contabilidade, uma estrutura especificada para o referido demonstrativo. Nesse aspecto, a IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as empresas forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. Além disso, é aprimorada a divulgação referente às medidas de desempenho definidas pela Administração da entidade. As modificações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da nova norma

**Modificações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - Modificações à IFRS 9 e à IFRS 7 -**

Em maio de 2024 o IASB emitiu alterações à IFRS 9 - Instrumentos Financeiros para abordar questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração da referida norma, incluindo: - desreconhecimento de um passivo financeiro liquidado por meio de transferência eletrônica: permitir que uma entidade considere que um passivo financeiro (ou parte dele) que será liquidado em dinheiro por meio de um sistema de pagamento eletrônico será quitado antes da data de liquidação se critérios especificados forem cumpridos; - orientação adicional sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo; - aprimoramento da descrição do termo 'não-recurso'. De acordo com as alterações, um ativo financeiro tem características de não-recurso se o direito final de uma entidade de receber fluxos de caixa for contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos especificados; - esclarecimento das características dos instrumentos vinculados contratualmente que os distinguem de outras transações.

Além disso a IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações foi alterada para incluir requerimentos de divulgação referentes a investimentos em instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Em particular, uma entidade deve divulgar o ganho ou perda de valor justo apresentado em outros resultados abrangentes durante o período, mostrando separadamente o ganho ou perda de valor justo que se relaciona a investimentos desreconhecidos no período e o ganho ou perda de valor justo que se relaciona a investimentos mantidos no final do período. Também foram incluídas alterações para exigir a divulgação de termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não se relacione diretamente com mudanças em riscos e custos básicos de empréstimos. As modificações têm aplicação obrigatória para períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da nova norma

#### **4. Uso de estimativas e julgamentos**

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa:

- **Provisão para perdas esperadas em operações de crédito:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de principal ou encargos, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos da operação, dos devedores e garantidores, os períodos de atraso e o grupo econômico, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 352/2023.

#### 5. Disponibilidades

As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	<u>31/12/2025</u>
Disponibilidades em moeda nacional	3.733
Aplicações financeiras - CDB	<u>23</u>
	<u><u>3.756</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”), com remuneração baseada na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (“CDI”) com liquidez imediata, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 6. Títulos e valores mobiliários

- a) **As aplicações em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão compostas como segue:**

Os títulos e valores mobiliários eram compostos por Cotas Subordinadas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, constituído sob a forma de condomínio fechado e destinado a investimentos em operações de crédito pessoal. O Fundo, denominado EXTRA BALANCE TOP SIERRA Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, tinha como Administrador Fiduciário a Finaxis CTVM, como Custodiante o Banco Finaxis e como Gestora de Recursos a Petra Capital Gestão de Investimentos Ltda.

As cotas foram vendidas no exercício, motivo pelo qual o saldo em 31 de dezembro de 2025 encontra-se zerado.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos títulos e valores mobiliários é como segue:

Em 1º de janeiro de 2025	<u>3.942</u>
Resgates	(3.581)
Desvalorização	<u>(361)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>-</u>

#### b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	<u>01/01/2025 a</u> <u>31/12/2025</u>
Títulos de renda fixa - Letras financeiras do tesouro (i)	3.928
Títulos de renda fixa - CDB (ii)	7
Títulos de renda variável - Cotas de fundos de investimentos (iii)	<u>(361)</u>
	<u>3.574</u>

- (i) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata aplicados em títulos de renda fixa - LFT, estão classificados no grupo de Depósitos compulsórios e outros em bancos centrais, vide Nota Explicativa nº 13;
- (ii) Os títulos e valores mobiliários de liquidez imediata aplicados em títulos de renda fixa - CDB, estão classificados no grupo de Disponibilidades, vide Nota Explicativa nº 5.
- (iii) Os saldos referentes a títulos de renda variável referente cotas de fundos de investimento que foram integralmente resgatados.

## 7. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

#### a) Composição por tipo de operação de crédito

	<u>31/12/2025</u>
Empréstimos	16.950
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(4.097)</u>
	<u>12.853</u>
Circulante	8.803
Não circulante	4.050

**SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras**

**Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025**

**(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos**

	31/12/2025	
	Operações	PPERIC
A vencer	12.596	(725)
<b>Vencidos</b>		
De 01 a 14 dias	231	(14)
De 15 a 30 dias	272	(38)
De 31 a 60 dias	140	(38)
De 61 a 90 dias	91	(43)
De 91 a 120 dias	80	(47)
De 121 a 150 dias	132	(89)
De 151 a 180 dias	173	(124)
Acima de 181 dias	3.235	(2.979)
	<b>16.950</b>	<b>(4.097)</b>

**c) Movimento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Saldo inicial	(2.499)	(1.591)
Adoção inicial BCB 352	-	(735)
Adições	(1.598)	(1.771)
Saldo final	<b>(4.097)</b>	<b>(4.097)</b>

**d) Composição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	01/01/2025 a 31/12/2025
Perda incorrida	(3.367)
Perda esperada	292
Perda esperada adicional	(1.022)
	<b>(4.097)</b>

**e) Resultado das operações de crédito:**

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Rendas de empréstimos	6.057	10.618
	<b>6.057</b>	<b>10.618</b>

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### f) Concentração das operações de crédito:

	31/12/2025	
	Operações	% (1)
Maior devedor	162	1%
Dez maiores devedores	521	3%
Vinte maiores devedores	795	5%
Cinquenta maiores devedores	1.381	8%
Cem maiores devedores	2.043	12%
	<b>4.902</b>	<b>29%</b>

(1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.

#### g) Setor de atividade econômica:

	31/12/2025	
	Operações	% (1)
Setor privado	16.950	100%
	<b>16.950</b>	<b>100%</b>
Pessoa física	16.950	100%
	<b>16.950</b>	<b>100%</b>

## 8. Depósitos compulsórios e outros em bancos

	31/12/2025
Reserva no BACEN - Dinheiro eletrônico (i)	72.840
Reserva no BACEN - CCME - Conta Correspondente a Moeda Eletrônica (ii)	1.650
	<b>74.490</b>

- (i) **Aplicações em LFT vinculadas - salvaguarda:** referem-se a recursos mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), vinculadas junto ao BACEN como exigência regulatória. Esses recursos têm a finalidade exclusiva de servir como salvaguarda dos depósitos de clientes registrados na Companhia e são remunerados em 95% sobre o valor da SELIC.

As aplicações em LFT, classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, possuem alta liquidez e preços cotados em mercado ativo e são classificados como Nível 1 da hierarquia de valor justo. Nesse nível, estão incluídos todos os títulos do Governo Brasileiro, que são negociados em mercados ativos e apresentam alta liquidez.

Transferências entre os níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do ano. No exercício de 2025 e no exercício de 2024, não houve transferências de instrumentos financeiros entre os diferentes níveis da hierarquia do valor justo.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 9. Ativos fiscais correntes e diferidos

Os ativos fiscais são representados, substancialmente, por créditos tributários oriundos de impostos e contribuições a recuperar, os quais serão realizados no curso normal das operações da Companhia, mediante compensação com tributos a recolher, segue a seguir:

<b>Ativos fiscais correntes e diferidos</b>	<b>31/12/2025</b>
Ativo diferido	557
Imposto de renda	264
Contribuição social	12
	<b>833</b>
Circulante	350
Não circulante	483

#### 10. Partes relacionadas

##### a) Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2025, são relativos às operações com partes relacionadas, decorreram de transações com Companhia do mesmo grupo econômico.

As operações efetuadas durante o semestre/exercício são demonstradas no quadro a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
	<u>Ativo (i)</u>	<u>Passivo</u>
Sociedades ligadas	2.822	13
	<b>2.822</b>	<b>13</b>
Circulante	2.822	13
Não circulante	-	-

(i) Refere-se valores referentes a despesas, que foram operacionalmente pagos pela Companhia, em função de contrato firmado em seu nome, com o objetivo de viabilizar a execução das operações de conta pagamento e serão reembolsados em curto prazo pela a (Somapay Soma Tecnologia e Serviços S.A.).

##### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo os Diretores Estatutários, estão registradas no resultado do semestre/exercício, pelo regime de competência, e inclui salários, e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2025, as remunerações totalizaram um montante de R\$ 2.036 (R\$ 1.162 em 31 de dezembro de 2024).

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 11. Direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia arrenda imóveis, sendo que os contratos mais relevantes têm prazo de até dez (10) anos. Adicionalmente, para esses contratos há a opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado.

Os montantes registrados no direito de uso são amortizados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas a seguir:

	<u>Direito de Uso</u>
<b>Custo</b>	
Em 1º de janeiro de 2025	1.151
Remensuração	3.013
Em 31 de dezembro de 2025	<u>4.164</u>
<b>Amortização acumulada</b>	
Em 1º de janeiro de 2025	-
Adições	(189)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>(189)</u>
<b>Custo</b>	
Em 30 de julho de 2025	1.151
Remensuração	3.013
Em 31 de dezembro de 2025	<u>4.164</u>
<b>Amortização acumulada</b>	
Em 30 de julho de 2025	(61)
Adições	(128)
Em 31 de dezembro de 2025	<u>(189)</u>
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2025	<u>3.975</u>

#### Passivo de arrendamento

Na adoção do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2025, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento referentes aos contratos vigentes na data de transição.

Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento, descontados pelas taxas de desconto aplicáveis na data de adoção.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A seguir, apresentam-se os montantes registrados como passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2025:

	<u>Passivo de arrendamento</u>
<b>Custo</b>	
Em 1º de janeiro de 2025	<u>1.151</u>
Remensuração	3.013
Provisão de juros	257
Pagamento de arrendamento	<u>(350)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><u>4.071</u></u>
<b>Custo</b>	
Em 30 de julho de 2025	<u>1.123</u>
Remensuração	3.013
Provisão de juros	168
Pagamento de arrendamento	<u>(233)</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<u><u>4.071</u></u>
Circulante	286
Não circulante	3.785

A seguir é demonstrada a movimentação do passivo de arrendamento 31 de dezembro de 2025:

	<u>31/12/2025</u>
Valor nominal a pagar	7.104
Despesa financeira não realizada	<u>(3.033)</u>
<b>Valor presente a pagar</b>	<u><u>4.071</u></u>
Circulante	286
Não circulante	3.785

A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2025:

	<u>31/12/2025</u>		
	<u>Valor nominal</u>	<u>(-) AVP de</u>	
	<u>Passivo de</u>	<u>Passivos de</u>	
	<u>arrendamento</u>	<u>arrendamento</u>	<u>Total</u>
Até 1 ano	901	(615)	286
Entre 1 e 2 anos	901	(567)	334
Entre 2 e 3 anos	901	(511)	390
Mais de 3 anos	4.401	(1.340)	3.061
	<u>7.104</u>	<u>(3.033)</u>	<u>4.071</u>

SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imobilizado de uso

	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitoria em imóvel de terceiros	Equipamento de comunicação e de segurança	Total
Em 1º de janeiro de 2025	196	214	952	-	1.362
Adições	494	257	448	13	1.212
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	<b>690</b>	<b>471</b>	<b>1.400</b>	<b>13</b>	<b>2.574</b>
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2025	(5)	(56)	(6)	-	(67)
Adições	(43)	(72)	(58)	(1)	(174)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	<b>(48)</b>	<b>(128)</b>	<b>(64)</b>	<b>(1)</b>	<b>(241)</b>
Custo					
Em 30 de julho de 2025	366	388	1.374	9	2.137
Adições	324	83	26	4	437
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	<b>690</b>	<b>471</b>	<b>1.400</b>	<b>13</b>	<b>2.574</b>
Depreciação acumulada					
Em 30 de julho de 2025	(19)	(86)	(34)	-	(139)
Adições	(29)	(42)	(30)	(1)	(102)
Baixas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	<b>(48)</b>	<b>(128)</b>	<b>(64)</b>	<b>(1)</b>	<b>(241)</b>
Valor residual líquido em 31 de dezembro de 2025	<b>642</b>	<b>343</b>	<b>1.336</b>	<b>12</b>	<b>2.333</b>

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 13. Depósitos

	<u>31/12/2025</u>
Depósitos em dinheiro eletrônico	71.034
	<u>71.034</u>

Atualmente, os depósitos em dinheiro eletrônico no Brasil incluem os saldos da “Conta da Somapay”.

A “Conta da Somapay” é uma conta pré-paga na qual os valores depositados pelos clientes são classificados como dinheiro eletrônico e devem ser alocados a títulos públicos ou em conta específica mantida no Banco Central do Brasil (ver Nota Explicativa nº 8, de acordo com as exigências regulatórias brasileiras. Portanto, esses tipos de depósitos não podem ser utilizados para qualquer outro tipo de investimento ou como fonte de financiamento para operações de crédito.

A “Conta da Somapay” não fornece retorno de rendimento aos seus clientes. Todos esses depósitos possuem liquidez diária.

#### 14. Obrigações fiscais correntes e outros passivos

	<u>31/12/2025</u>
<b>Obrigações fiscais correntes</b>	
PIS e COFINS a recolher	907
Imposto de renda	373
Impostos sobre serviços tomados	205
ISS a recolher	182
IOF a recolher	140
Contribuição social	135
	<u>1.942</u>
Circulante	1.942
Não circulante	-
	<u>31/12/2025</u>
<b>Outros passivos</b>	
Valores a repassar FIDC	10.162
Credores diversos	3.185
Trabalhistas e sociais	1.746
Outros passivos	144
	<u>15.237</u>
Circulante	15.237
Não circulante	-

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social é de R\$ 6.000.000 (seis milhões de reais) e estão representadas por 6.000.000 (seis milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

Em 25 de abril de 2025, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas aprovaram o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias. O aumento foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de setembro de 2025 e o montante foi devidamente integralizado na data.

### b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da Companhia, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da Companhia, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia destinou R\$ 263 para reserva legal.

### c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve destinações para dividendos.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### d) Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas, será assegurado o pagamento de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação vigente, sendo o valor calculado com base no patrimônio líquido da companhia. O valor dos juros sobre o capital próprio, após deduzidas as reservas legais e outras disposições, não poderá exceder o limite estabelecido pela Lei 6.404/76. Caso a empresa decida não realizar o pagamento de JCP, o saldo remanescente do lucro poderá ser destinado conforme deliberação da assembleia geral, com a proposta da diretoria, sempre em conformidade com as exigências legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve destinações para juros sobre o capital próprio.

#### e) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do semestre prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

#### f) Resultado por ação

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
<b>Resultado básico por ação</b>		
Lucro atribuível aos acionistas	4.292	5.262
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	5.255	5.255
<b>Resultado por ação - Em reais</b>	<b>0,82</b>	<b>1,00</b>

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 16. Impostos sobre a Renda

##### a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	
	Ativo (i)	Passivo (ii)
Imposto de renda	264	373
Contribuição social	12	135
	<b>276</b>	<b>508</b>
Circulante	276	508
Não circulante	-	-

(i) Os valores de imposto de renda e contribuição social do ativo, estão apresentados dentro da NE 9 - Ativos fiscais;

(ii) Os valores de imposto de renda e contribuição social do passivo, estão apresentados dentro da NE 14 - Obrigações fiscais correntes e outros passivos.

##### b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Resultado antes do IR e CS	6.824	7.932
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de tributos à alíquota nominal	<b>(2.320)</b>	<b>(2.697)</b>
(Adições) Exclusões permanentes		
Atualização monetária	64	64
Compensação de prejuízo fiscal	17	81
Outras despesas	(112)	(136)
Parcela isenta do adicional de 10%	12	24
IR e CS no resultado do semestre	<b>(2.339)</b>	<b>(2.664)</b>
Total de despesa de IR e CS	(2.532)	(2.670)
Alíquota efetiva	34%	34%

O imposto de renda do semestre corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda.

A contribuição social sobre o lucro líquido, que em 2024 era calculada à alíquota de 15%, passou a ser calculada à alíquota de 9% a partir de 1º de janeiro de 2025, em conformidade com as SC COSIT nº 79/2024 e SC COSIT nº 3004/2024.

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Despesas operacionais

##### a) Receitas de prestação de serviços

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/01/2025 a 31/12/2025
Confecção de cadastro	16.814	27.586
Contas correntes	2.724	3.951
Cobrança	21	21
Outras	-	128
	<u>19.559</u>	<u>31.686</u>

##### b) Despesas administrativas

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/07/2025 a 31/12/2025
Serviços de terceiros	(12.005)	(21.841)
Processamento de dados	(6.347)	(11.989)
Serviços técnicos especializados	(3.231)	(5.634)
Promoções e relações públicas	(1.390)	(4.120)
Viagens e hospedagens	(773)	(1.116)
Descontos concedidos	(435)	(1.078)
Condomínio	(168)	(279)
Manutenção e conservação de bens	(158)	(287)
Juros passivo de arrendamento	(153)	(234)
Energia elétrica e água	(152)	(226)
Comunicações	(147)	(188)
Transporte e combustível	(127)	(193)
Amortização direito de uso	(122)	(181)
Aluguéis	(113)	(325)
Depreciação	(102)	(174)
Honorários da diretoria	(60)	(202)
Bens de pequeno valor	(58)	(115)
Serviços do sistema financeiro	(49)	(89)
Seguros	(39)	(45)
Contingências cíveis	(27)	(27)
Outras despesas administrativas	(441)	(718)
	<u>(26.097)</u>	<u>(49.061)</u>

##### c) Despesas de pessoal

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/07/2025 a 31/12/2025
Proventos	(5.173)	(9.181)
Benefícios	(1.545)	(2.813)
Encargos sociais	(1.528)	(2.645)
Treinamentos	(44)	(116)
	<u>(8.290)</u>	<u>(14.755)</u>

## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### d) Despesas tributárias

	01/07/2025 a 31/12/2025	01/07/2025 a 31/12/2025
COFINS	(3.587)	(6.179)
Imposto sobre serviços prestados	(978)	(1.584)
PIS	(773)	(1.333)
Outros impostos	(70)	(112)
	<u>(5.408)</u>	<u>(9.208)</u>

#### 18. Riscos processuais

A Companhia não responde por processos judiciais e administrativos de qualquer natureza (trabalhista, cível e tributária), com probabilidade de perda considerada provável perante tribunais em 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 1.379.

#### 19. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos. Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

- **Diretoria executiva:** que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas, composta por 3 (três) membros, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Executivo e dois Diretores.

**Os principais riscos monitorados são:**

##### Risco de crédito

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

### **Risco de mercado**

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A Diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

### **Risco de liquidez**

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

### **Risco socioambiental**

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

### **Gerenciamento do risco operacional**

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

**Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras  
Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025  
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

---

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a Alta Administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

### **Gerenciamento de capital**

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17 e alterações.

A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN.

Na data-base 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 9.448 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco (“RWA”), era de R\$ 45.142 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17 e alterações.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 7.674.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (17%).


## SOMAPAY SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

### Notas explicativas da Diretoria às demonstrações financeiras Semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 20. Eventos subsequente

A Administração da Companhia efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou transações ou eventos subsequentes que gerassem impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 FERNANDO SOARES GURGEL  
Data: 30/03/2026 14:29:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Fernando Soares Gurgel**  
Diretor

---

**Felipe Ferreira de Andrade Braz**  
Contador  
CRC 1SP331427/O-3